



AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: uma abordagem acerca da seletividade nos ambientes escolares

Vanessa Bezerra de Brito¹
Railane Santos Sousa²

RESUMO

A avaliação, no contexto educacional, caracteriza-se como um procedimento de análise para a identificação e superação dos obstáculos observados no processo de ensino e aprendizagem, promovendo a sua reflexão e o aprimoramento da práxis docente, de modo a viabilizar a participação ativa dos estudantes na escola e na sociedade. Historicamente, a avaliação no Brasil, tem exercido um caráter excludente e autoritário, por ter se propagado como uma forma de medir as capacidades dos educandos e lhes definir uma nota, de acordo com os seus níveis de absorção dos conteúdos transmitidos em sala de aula. Essa categorização dos estudantes, gera uma reprodução da discriminação e desigualdade nos ambientes escolares, pois, ao invés de elaborar uma ação mediadora, na maioria das vezes, o aluno que possui maiores dificuldades é simplesmente deixado de lado. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo, analisar a relação avaliação educacional e fracasso escolar, ressaltando a sua nocividade quando não realizada da maneira correta. Para tanto, utilizou-se de pesquisas bibliográficas, pautadas nos pensamentos de autores como LUCKESI (2002) e HOFFMANN (s.:d); além da aplicação de questionários semiestruturados em uma escola da rede pública do município de Imperatriz, Maranhão, a fim de conhecer como se dá o processo de avaliação. Evidencia-se que, a avaliação possui um papel fundamental na permanência do estudante na escola, e a sua eficácia não depende de um único indivíduo, mas de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, assim, compreende-se que a avaliação está correlacionada com a mutualidade necessária na comunidade escolar, não como uma maneira de quantificar os conhecimentos, mas de aprimorá-los, respeitando os diferentes ritmos e demais particularidades.

Palavras-chave: Avaliação, Processo, Estudantes.

INTRODUÇÃO

Por volta de 1530, juntamente com a chegada dos Jesuítas, deu-se início ao sistema educacional brasileiro, trazendo um plano de ensino completamente voltado para atender interesses políticos, econômicos e religiosos, destinado a favorecer a elite e exercer domínio sobre as classes populares. Depois de um longo caminho, percorrido a passos lentos, as estruturas de ensino começaram a ser modificadas, e, gradativamente, foram surgindo novas instituições e um novo modelo escolar, com a defesa do ensino gratuito e laico. Assim, a

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, vanessabrito.20190001560@uemasul.edu.br;

² Graduado pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, railanesousa.20190001490@uemasul.edu.br.



educação passou por inúmeras mudanças e, com isso, os modelos e conceitos de avaliação, também foram modificados.

Analisando o contexto histórico da avaliação educacional no Brasil, é possível perceber os traços classificatórios que inicialmente lhes eram atribuídos, sendo utilizada como um meio de selecionar os alunos, isto é, realizando uma taxação dos estudantes, em que eles eram rotulados como bons ou ruins, respaldando-se em padrões que determinariam as suas capacidades e privando esses alunos, que eram “reprovados” sistematicamente, de ter acesso à educação de maneira efetiva, considerando que, não haveria o desenvolvimento das suas habilidades, ou a construção dos seus conhecimentos, uma vez que, se estabelece um modelo para ser reproduzido, e aqueles que não se enquadram nesses paradigmas, imediatamente são excluídos.

Há também que se ressaltar, a visualização limitada que se tinha a respeito da realização de uma avaliação, fruto da tendência pedagógica tradicionalista e pautada no sistema de notas, em que o ato de avaliar se resumiria à aplicação de uma prova, em que o estudante se encontra em uma posição de submissão às concepções de seu educador, que é tida como verdade absoluta, não sendo possível exercer a sua liberdade de expressão, sua imaginação, criatividade ou suprir as suas curiosidades, visto que, sequer tinha espaço para levantar questionamentos frente aos conteúdos que eram transmitidos pelo professor.

Além disso, por muito tempo a avaliação teve a sua essência e funcionalidade intensamente menosprezada, sendo utilizada como uma maneira de punição para o aluno em resposta ao seu comportamento, quando não era visto como “adequado”, ou devido ao seu desempenho nos exames, mais uma vez aniquilando o protagonismo do educando em seu próprio processo de desenvolvimento, e desconsiderando completamente as bases da relação ensino-aprendizagem, visto que, eram ignoradas, sobretudo, as singularidades e diversidades encontradas em sala de aula.

Evidencia-se que, a avaliação possui um papel fundamental na permanência do estudante na escola, e a sua eficácia não depende de um único indivíduo, mas de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, assim, compreende-se que a avaliação está correlacionada com a mutualidade necessária na comunidade escolar, não como uma maneira de quantificar os conhecimentos, mas de aprimorá-los, respeitando os diferentes ritmos e demais particularidades.

METODOLOGIA

Para a construção do trabalho, utilizou-se de pesquisas bibliográficas, pautadas nos pensamentos de autores como LUCKESI (2002) e HOFFMANN (s.:d); além da aplicação de questionários semiestruturados em uma escola da rede pública do município de Imperatriz, Maranhão, a fim de conhecer como se dá o processo de avaliação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Historicamente, a avaliação no Brasil tem exercido um caráter excludente e autoritário, pelo fato de ter sido, por muito tempo – inclusive prolongando-se até os dias atuais –, uma forma de medir as capacidades dos alunos, de acordo com os seus níveis de absorção dos conteúdos transmitidos em sala de aula, e lhes definir uma nota, quando, na verdade, deve ser utilizada como uma forma de acompanhar o seu desenvolvimento e facilitar o processo de intervenção por parte dos educadores, visto que, cada educando apresenta um ritmo de aprendizagem e uma forma de compreensão.

Assim, a avaliação prevalece, em sua maioria, como um aspecto de separação, dentro de um julgamento daquilo que é bom ou ruim, ou seja, o que se encaixa e o que está fora dos padrões determinados pelas autoridades, sejam elas educacionais ou governamentais, visto que, os interesses políticos e econômicos, constantemente se manifestam no contexto avaliativo, principalmente através das demandas do mercado, isto é, aqueles que são considerados “bons” – que alcançam uma pontuação acima da média no exame, ou que atenderam aos critérios avaliativos que foram aplicados em sala de aula – são designados para preencher a engrenagem econômica e capitalista, enquanto os demais, permanecem no limbo da sociedade, tendo as suas oportunidades e os seus direitos negligenciados pelo sistema. Essa conveniência, surge disfarçada de uma trilha para a democratização social e estudantil.

Segundo Luckesi (1998, p. 18), “O nosso exercício pedagógico é atravessado por mais uma pedagogia do exame que por uma pedagogia ensino/aprendizagem”. Essa categorização dos estudantes gera uma reprodução da discriminação e desigualdade nos ambientes educacionais, pois, ao invés de elaborar uma ação mediadora, na maioria das vezes, o aluno que possui maiores dificuldades é simplesmente deixado de lado.

Em meio às observações na escola campo, ocorreram algumas conversações com os professores, uma das falas que chamou atenção foi a da professora Paula³, que leciona em uma turma de 3º ano do Ensino fundamental. Em determinado momento, enquanto as crianças realizavam uma atividade, um dos meninos despendia a sua atenção em outras interações. Ao observar a situação, Paula relatou que algumas crianças de sua turma já estariam reprovadas, e por esse motivo, não insistiria, pois poderia atrapalhar o desempenho do restante dos alunos. Assim, somente era realizada uma verificação, haja vista que,

[...] Avaliar a aprendizagem implica em coletar, analisar e sintetizar os dados encontrados e posteriormente compará-los com um determinado padrão. E então é aqui que encontramos a diferença entre avaliar e verificar. A verificação aqui se encerra já a avaliação vai além, o resultado encontrado conduz a uma tomada de posição, contra ou a favor dos dados obtidos, se vai ou não agir sobre eles [...] (SANTOS; ARANTES, 2016, p. 112).

Logo, o ato avaliativo, é uma maneira de situar-se no desenrolar do aluno em sala de aula e analisar o seu progresso. A avaliação é de suma importância para que sejam identificados os obstáculos no processo evolutivo do estudante e para que, posteriormente, sejam aprimoradas as didáticas utilizadas, de modo a viabilizar a sua participação ativa, a adquirir suas próprias experiências, conhecimentos, opiniões, e tornar-se um cidadão crítico e ativo na sociedade.

Quando paramos para observar um objeto, olhamos todas as suas características, com o aluno não é diferente, não existe a possibilidade de executar a avaliação de forma correta, sem levar em consideração todas as suas particularidades – dificuldades e facilidades, níveis e ritmos de aprendizagem, realidade social, etc. Portanto, não há uma fórmula pronta para educar, e, por conseguinte, também não existe um padrão para avaliar, pois cada pessoa pode possuir uma interpretação a respeito de um mesmo fato, logo, não há como prever os resultados de uma classe, nem mesmo de um aluno, porque tudo está relacionado às suas individualidades.

Observa-se, portanto, que o ato de avaliar não se dá de maneira simples, e pode influenciar positivamente ou negativamente no desenvolvimento do aluno. A principal função da avaliação é auxiliar e diagnosticar, conduzindo assim, a estratégias que melhorem o ensino e aprendizagem. O professor é quem conduz, mas não é o centro do processo, portanto, é necessário que se analise o aluno em todas as suas dimensões.

Vale ressaltar que, quando o estudante chega à escola, ele não chega vazio, leva consigo as experiências vividas em sua família e na comunidade em que está inserido; leva as suas dores e dificuldades; e todos esses fatores influenciam no seu comportamento e desenvolvimento em

³ Nome fictício para uma professora da escola campo que contribuiu para as pesquisas.

sala de aula; como ele irá receber, relacionar e apropriar-se do conhecimento (considerando aqui a apropriação como o processo de construção dos saberes, a partir de um conhecimento adquirido), tendo em vista que, não se trata de uma mera transmissão de informações, mas de um compartilhamento de experiências e concepções que podem partir tanto do educador, quando do educando, manifestando-se nas relações com os seus pares.

Diante do exposto, precisa-se compreender também, que a avaliação apresenta-se subdividida em alguns tipos, dentre os quais, pode-se encontrar: avaliação formativa; avaliação diagnóstica; avaliação somativa; avaliação mediadora e autoavaliação. A avaliação formativa, se dá de forma contínua, de modo a identificar as dificuldades reais dos alunos dia após dia, e a partir dela o professor vai adaptando a sua prática pedagógica, viabilizando a aprendizagem. Segundo Cardinet; Perrenoud (1986, p. 14), a avaliação formativa:

[...] visa orientar o aluno quanto ao trabalho escolar, procurando localizar as suas dificuldades para o ajudar a descobrir os processos que lhe permitirão progredir na sua aprendizagem. A avaliação formativa opõe-se à avaliação somativa que constitui um balanço parcial ou total de um conjunto de aprendizagens. A avaliação formativa se distingue ainda da avaliação de diagnóstico por uma conotação menos patológica, não considerando o aluno como um caso a tratar, considera os erros como normais e característicos de um determinado nível de desenvolvimento na aprendizagem.

Portanto, a avaliação formativa é um processo que, além de identificar as dificuldades do aluno e auxiliá-lo em sua aprendizagem, também os ajuda a compreender que os erros fazem parte do seu processo de desenvolvimento, e que não se trata de buscar maneiras de eliminá-los e solucioná-los, mas de entendê-los como características do nível de aprendizagem em que o aluno se encontra, sendo etapas para a progressão do ensino.

A avaliação diagnóstica, apesar de sua nomenclatura, é realizada durante todo o processo de aprendizagem, e não somente no início como uma forma de verificação e constatação de fatos, pois ela dá ao professor embasamento para o seu planejamento, não reduzindo seu julgamento ao sucesso ou fracasso do aluno. Dessa forma, é necessário que o professor conheça o processo avaliativo, para assim, proporcionar maior autonomia do aluno. Para Hoffmann (2005, p. 36), esse processo deve ser feito:

[...] desde o primeiro dia de aula, a partir do diálogo, de processos interativos, de desafios cognitivos, apontando-lhes os avanços, vibrando com ele, escutando as perguntas que faz, tornando-o mais curioso sobre tudo. Para que isso aconteça o aluno precisa se sentir parte da sua aprendizagem.

Ou seja, na avaliação diagnóstica, o principal objetivo é identificar os elementos que interferem no processo de ensino e aprendizagem, buscando formas de suprir as necessidades

encontradas, isto é, através do diagnóstico do nível de aprendizagem do aluno, considerando todos os aspectos que a ele se relacionam, tem-se a oportunidade de elaborar estratégias para a que a educação se torne efetiva. Para Melchior (1998, p. 85), “[...] os momentos avaliativos devem ser convertidos em oportunidade de aprendizagem, de estímulo para a busca de novos conhecimentos, em momentos de satisfação mútua entre professor e aluno”.

Posto isto, deve-se compreender também que, para que esse objetivo seja realmente alcançado, não se pode limitar apenas aos obstáculos, pois a aprendizagem não se dá somente na superação das dificuldades. De acordo com Melchior (1998, p. 74), “Não basta identificar que o aluno não sabe, ou rotulá-lo como aluno fraco, é necessário saber o que cada um não sabe e em que ponto estão aqueles que conseguem acompanhar de forma satisfatória o que está sendo trabalhado”. Assim, além de descobrir quais as dificuldades dos alunos, as suas habilidades e facilidades também apresentam uma relevância significativa para esse processo, pois ambos os pontos farão parte também das ações tomadas pelo professor a fim, de melhorar a aprendizagem do educando.

A avaliação somativa, é o tipo de avaliação que apresenta maior relação com o caráter tradicionalista, feita de forma pontual e excludente, é mensurado o nível de conhecimento e desenvolvimento do aluno através de exames realizados no final do período, como uma forma de quantificar os saberes que foram adquiridos. Nesse sentido, Wachowicz e Romanowski apud Oliveira, Aparecida e Souza (2008, p. 2389), destacam que:

A avaliação somativa manifesta-se nas propostas de abordagem tradicional, em que a condução do ensino está centrada no professor, baseia-se na verificação do desempenho dos alunos perante os objetivos de ensino estabelecidos no planejamento. Para examinar os resultados obtidos, são utilizados teste e provas, verificando quais objetivos foram atingidos considerando-se o padrão de aprendizagem desejável e, principalmente, fazendo o registro quantitativo do percentual deles.

Desse modo, na avaliação somativa, o aluno não é autônomo e está sujeito às classificações realizadas por meio de provas e notas. Além disso, não se leva em consideração o seu desenvolvimento nas demais áreas do conhecimento, logo, não são consideradas as suas particularidades, não é observada a heterogeneidade existente dentro da sala de aula. Todos os alunos são avaliados da mesma forma, portanto, são esperados os mesmos resultados.

Já a avaliação mediadora, que, de acordo com Hoffmann (s.:d, p. 6) “A avaliação mediadora se dá no cotidiano do fazer pedagógico. É observação-reflexão-ação – energia constante que faz pulsar o planejamento, a proposta pedagógica e a relação entre todos os elementos da ação educativa [...]”, além disso, está relacionada à tendência pedagógica



renovada, em que o aluno é o centro de seu processo educativo, o construtor de seus conhecimentos, e o professor se encontra na posição de facilitador desse processo, ocorrendo da mesma forma no processo avaliativo, no qual o professor intervém viabilizando o desenvolvimento, proporcionando a todos, melhores oportunidades de aprendizagens significativas.

Dessa forma, é necessário que se compreenda, que o processo de ensino-aprendizagem engloba não somente o aluno, mas também os professores, gestores e demais membros da escola, assim como a família, as comunidades e o Estado possuem o seu papel participativo. Assim, os resultados obtidos por meio da avaliação representam o sucesso ou o fracasso desse círculo, portanto, a avaliação configura uma forma de saber como e quando lidar com um problema educacional/institucional e/ou governamental.

Em vista disso, faz-se imprescindível ainda, a realização de uma autoavaliação no ambiente escolar, por parte de todos os que estão envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, sendo esta, realizada corriqueiramente, considerando que, tanto o sucesso, quanto o fracasso escolar, estão correlacionados a toda a comunidade escolar, pois, todos os indivíduos que nela estão inseridos, desempenham um importante papel para o seu funcionamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das considerações realizadas ao longo do estudo, é possível concluir que, ao exercer um ato avaliativo no ambiente escolar, necessita-se da compreensão de que há inúmeros fatores (políticos, econômicos, sociais, cognitivos e intelectuais) que influenciam positivamente ou negativamente no processo de desenvolvimento dos educandos. Por esse motivo, é necessário que haja um cuidado e um conhecimento aprofundado a respeito dos atos avaliativos para que se possa exercê-lo de maneira efetiva.

Ainda que a avaliação esteja relacionada à identificação e análise das dificuldades dos alunos e não à quantificação e julgamentos das suas capacidades, a percepção da existência dessas interferências no processo de desenvolvimento do aluno não se faz suficiente se não há continuidade e constância na avaliação dentro do ambiente educacional. Assim, o acompanhamento da aprendizagem e a elaboração ou aperfeiçoamento das práticas, com base na heterogeneidade presente em sala de aula, integralizam o professor como avaliador, deixando a posição de verificador.



Vale ressaltar, que o ato de modificar ou aperfeiçoar a didática utilizada em sala de aula, não culpabiliza o professor pelo insucesso do educando na construção dos seus saberes, tendo em vista que o processo educacional não depende de um único indivíduo. Bem como o erro ou a existência de dificuldades na aprendizagem do aluno, não o determina como culpado das falhas ocorridas em sua jornada. Há que se analisar a comunidade escolar por inteiro e todos os aspectos que a prejudicam, assim como os que a favorecem.

Dessa maneira, a quantificação dos conhecimentos dos alunos e, por conseguinte, a sua classificação através de um prejulamento de suas capacidades e eliminação de suas experiências até então adquiridas, contribuem significativamente para a elitização do ensino e para a seletividade nos ambientes educacionais. Não se pode, portanto, abandonar os educandos que, de certo modo, não atenderam aos índices almejados, haja vista que, os educandos são rotulados como bons ou ruins e o seu desenvolvimento é negligenciado perante toda a comunidade escolar. A avaliação educacional no Brasil, tem passado por muitos avanços, mas ainda existem algumas exceções a serem resolvidas.

REFERÊNCIAS

CARDINET, J; PERRENOUD, P. **A Avaliação Formativa num Ensino Diferenciado**. Coimbra: Livraria Almedina, 1986.

HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio – uma perspectiva construtivista**. 35. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. Revista. 104p.

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MELCHIOR. M. C. **Avaliação Pedagógica: função e necessidade**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

OLIVEIRA, A.; APARECIDA, C.; SOUZA, G. M. R. **Avaliação: conceitos em diferentes olhares, uma experiência vivenciada no curso de Pedagogia**. In: EDUCERE, 14. 2008, Curitiba, *Anais...*Curitiba: PUC-PR, 2008. p. 2383-2397.

SANTOS, M. C. dos; ARANTES, A. R. V. **Conhecendo um pouco sobre avaliação da aprendizagem: história, concepções e tradições pedagógicas**. Anápolis: Revista de Magistro de Filosofia, 2016. Ano IX. n. 18. p. 106-118.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas: Autores associados, 2008.